



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Departamento de Direito Público

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Supremo Tribunal Federal I						Código: DB115			
Natureza: () Obrigatória (X) Optativa			(X) Semestral					() Anual	() Modular
Pré-requisito: DB435-Direito Constitucional A		Co-requisito:	Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: _____						
CH Total: 30 CH Semanal: 2	Padrão (PD): 30	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR):	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):		
EMENTA									
Supremo Tribunal Federal; Fundamentos: origem, previsão, instituição; Competências; Instrumentos: mecanismos de acesso, provocação de atuação, ferramentas jurisdicionais e administrativas (CRFB/88, CPC, Leis específicas e RISTF). Atuações: jurisdicionais, institucionais, políticas, por órgãos e/ou ministros. Desempenhos: deliberativo, colegiado, numérico, eficaz, etc.									
PROGRAMA									
1. Supremo Tribunal Federal: origem, previsão, instituição.									
2. Supremo Tribunal Federal: Competências; Instrumentos: mecanismos de acesso, provocação de atuação, ferramentas jurisdicionais e administrativas: aprofundamento teórico e normativo dos conceitos, mecanismos e instrumentos do controle judicial concentrado de constitucionalidade (CRFB/88, CPC, Leis específicas e RISTF).									
3. Supremo Tribunal Federal: atuações jurisdicionais (decisões monocráticas e colegiadas); atuações institucionais, políticas, por órgãos e/ou ministros (relações, diálogos ou disputas com outros Poderes e instituições?).									
4. Desempenhos: deliberativo, colegiado, numérico, eficaz.									
OBJETIVO GERAL									
Possibilitar a compreensão e o aprendizado, com profundidade teórica e capacitação técnica, sobre o Supremo Tribunal Federal e o controle judicial concentrado de constitucionalidade das leis e atos normativos por ele exercido.									
OBJETIVO ESPECÍFICO									
Capacitar as alunas e os alunos para compreender o funcionamento e a atuação do Supremo Tribunal Federal, os fundamentos de sua existência e atuação, os instrumentos de sua atuação (mediante provocação ou de ofício), suas atuações (a partir do controle de constitucionalidade ou em diálogo com os outros Poderes e instituições) e seus desempenhos (deliberativos, numérico, eficaz, etc.).									
PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS									

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas de modo a estimular a participação e o diálogo com as alunas e os alunos, relacionando a teoria à prática, dando ênfase à reflexão crítica baseada em análises de casos concretos conjuntamente com a aplicação das teorias aprendidas.

FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos se dará por meio de duas provas escritas (subjetivas ou objetivas), seminários, análise de textos, casos e decisões previamente indicados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. O Supremo Individual: mecanismos de influência direta dos Ministros sobre o processo político. Direito, Estado e Sociedade (Impresso), v. 46, p. 121-155, 2015.

BRANDÃO, Rodrigo. Supremacia Judicial versus Diálogos Constitucionais, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. Jurisdição Constitucional Democrática, 2ªed. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de processo constitucional. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

FALCÃO, Joaquim. O Supremo. FGV Direito-Rio, 2015.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional, 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

GODOY, Miguel Gualano de. Constitucionalismo e Democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella. São Paulo: Saraiva, 2012.

GODOY, Miguel Gualano de. Devolver a Constituição ao Povo: crítica à supremacia jurídica e diálogos institucionais. Belo Horizonte, Forum, 2017.

GODOY, Miguel Gualano de. O Supremo contra o processo constitucional. In.: Revista Direito e Praxis, ahead of print, Rio de Janeiro, 2020.

KLAFKE, Guilherme Forma; PRETZEL, Bruna Romano. Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: aprofundando o diagnóstico das 11 ilhas. Revista de Estudos Empíricos em Direito, vol.1, ano 1, jan 2014, pp.89-104.

MENDES, Conrado Hübner. Controle de constitucionalidade e democracia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MENDES, Conrado Hübner. Direitos Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Jeferson Mariano. Mapeando o supremo: as posições dos ministros do STF na jurisdição constitucional (2012-2017). Revista Novos Estudos, jan-abr 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ARGUELHES, Diego Werneck (Coord.). Dossiê: o desenho do STF para além da conjuntura. In.: Revista de Estudos Institucionais, v. 6, n.1, 2020.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Criatura e/ou Criador: transformações do Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988. Revista Direito GV, v. 12, p. 405-440, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. O Novo Direito Constitucional Brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2009.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. O Direito e os direitos: elementos para uma crítica do direito contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. Para uma dogmática constitucional emancipatória. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MENDES, Conrado Hubner. O projeto de uma corte deliberativa?. In: Adriana Vojvodic; Henrique Motta Pinto; Rodrigo Pagani. (Org.). Jurisdição Constitucional no Brasil. 2012.

SILVA, Denival Francisco da Silva. De guardião a vilão: a contribuição do Poder Judiciário no desmonte da democracia no Brasil. EMais: Florianópolis, 2018.

SILVA, Virgílio Afonso da. Do We Deliberate? If So, How? European Journal of Legal Studies, v. 9, p. 209-240, 2017.

SILVA, Virgílio Afonso da. 'Um voto qualquer'? O papel do ministro relator na deliberação no Supremo Tribunal Federal. REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, v. 1, p. 180-200, 2016.

SILVA, Virgílio Afonso da. De Quem Divergem os Divergentes: os Votos Vencidos no Supremo Tribunal Federal. Direito, Estado e Sociedade (Impresso), p. 205-225, 2016.

**OBS: ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.*



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL GUALANO DE GODOY, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/07/2020, às 21:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LUIS KANAYAMA, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO - JD**, em



18/07/2020, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **2811696** e o código CRC **FE419A17**.
